

**O TESOIRO DE VERGUEIRO OU VERGUEIRO COMO TESOIRO?**

MARINÊS DORS\*

**1. PATRIMÔNIO: tesouro partilhado ou bem de consumo?**

A partir de meados do século XX, até os dias correntes, vem se delineando um fenômeno global. Choay (2011), ao analisar questões ligadas ao patrimônio, elucida tratar-se de uma revolução cultural<sup>1</sup>. Tal processo, segundo expõe a autora, já se encontra numa terceira etapa da revolução cultural<sup>2</sup>, a “electro-telemática”.

Iniciada a partir da década de 1950, esta revolução é caracterizada pelo duplo desenvolvimento dos instrumentos eletrônicos e das redes de telecomunicações e sua relação retroativa com o conjunto de atividades e comportamentos sociais contemporâneos. Pode ser caracterizada por meio do envolvimento das pessoas no mundo virtual, da diminuição do contato humano entre si e com a natureza, do uso de próteses sofisticadas, da desinstitucionalização latente em benefício de uma pseudo-liberdade individual, da normalização das culturas e da ruptura com a duração e o uso da memória viva (CHOAY, 2011: 38-39).

Nas sociedades mundializadas e normalizadas, o monumento torna-se contraditório, pois ele é a base material da identidade e das diferenças entre as sociedades. A pesquisadora pontua que na fase atual, a expressão patrimônio vem sofrendo uma inflação, e chegará o

---

\* Professora tutora externa curso de História – Uniasselvi, doutoranda em História – Unisinos, bolsista do Prosup/Capes.

<sup>1</sup> A noção foi, inicialmente, proposta por Garin para qualificar o Renascimento, mas Choay (2011: 19-20) entende que ela marca a globalidade da dimensão societal verificada ao longo da história no encadeamento dos acontecimentos de ordem mental e técnica.

<sup>2</sup> A primeira etapa da revolução cultural, conhecida como Renascença, iniciou na Itália do século XV, quando se verificou o relaxamento do teocentrismo, a emergência de um olhar sobre o humano, a transformação da história numa disciplina autônoma, além de um novo estatuto da atividade estética; nas artes plásticas, arquitetos e pintores passaram a ter o status de artistas. Mas, do ponto de vista patrimonial, os edifícios e outras categorias de objetos, legados pelos povos da antiguidade, eram designados como antiguidades (CHOAY, 2011: 21-23). A segunda etapa da revolução cultural, também identificada como Revolução Industrial, originou-se na Inglaterra durante o século XVIII e, caracterizou-se pela dimensão técnica, especialmente, pelo advento do maquinismo, do desenvolvimento da produção e dos transportes ferroviários, mas também, pela transformação das mentalidades. Ao final do mesmo século a história adquiriu seu estatuto epistemológico e constituiu um conjunto de sub-disciplinas. O valor estético das obras expostas nos museus ultrapassa o valor do saber sobre elas, na mesma época surgem a fotografia e os guias turísticos. Nesta etapa, a partir das fotografias, ocorre a apreensão objetiva dos monumentos históricos e sua valorização, na medida em que são concebidos projetos de conservação e proteção. Para tanto, surge a jurisdição, que dá ao projeto seu estatuto institucional; e a restauração, como disciplina construtiva, solidária e tributária dos novos saberes históricos (CHOAY, 2011: 26-29).

2  
momento em que irá substituir e eliminar o uso dos termos monumento<sup>3</sup> e monumento histórico<sup>4</sup>.

Lembramos que a noção de patrimônio foi ampliada, a partir da publicação do Decreto 3.551, em agosto de 2000, englobando, assim, a dimensão imaterial e intangível. Essa iniciativa garante a preservação do patrimônio cultural e a própria identidade de uma região ou sociedade. Trata-se, em resumo, do registro de conhecimentos e modos de fazer; das festas rituais e folguedos; das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; além, dos espaços onde concentram e reproduzem-se práticas culturais coletivas. No entanto, mesmo com essa valorização do chamado patrimônio imaterial, não ocorreu o obscurecimento dos acervos e monumentos tradicionalmente associados à categoria de patrimônio, muito pelo contrário.

A partir de tamanhas transformações sociais, no que se refere a mentalidade e ao comportamento, há uma alteração também no modo como é visto, entendido e explorado o patrimônio. Assim, na ausência de uma cultura real, a cultura de massa confere ao patrimônio uma atração artificial, ou seja, torna-o visível e desejável, um bem de consumo, tanto em museus como em parques temáticos de atrações. Conforme Choay, o consumo do patrimônio pode ser prejudicial aos visitantes, tanto por causa do amontoado de pessoas, quanto pelos ruídos impróprios que conduzem a destruição de lugares e edificações, bem como pela eliminação de atividades criativas ligadas à cultura local e a sua identidade (CHOAY, 2011: 48).

Segundo Choay (2011: 50-51), precisamos estar atentos e conscientes para o problema da perda de identidade não só cultural, mas humana, ao confeccionarmos tantas réplicas, valorizando outras culturas em detrimento da nossa. Isso pode ser evitado por meio da educação e formação dos cidadãos, da utilização da ética nas questões patrimoniais, e da participação coletiva na produção de um patrimônio vivo.

Ainda em relação a problemática da identidade nas sociedades, merece destaque o pensamento de Le Goff (2003). O historiador entende que a memória é um elemento essencial

---

<sup>3</sup> É chamado de monumento o artefato, ou o conjunto de artefatos, concebidos e realizados por uma comunidade humana. Tem função identificadora, materialidade e funciona como dispositivo memorial intencional, apelando a um permanente e vigilante diálogo, está exposto à destruição positiva ou negativa (CHOAY, 2011: 16).

<sup>4</sup> O monumento histórico é aquele que tem valor para a história ou estética, entendido como uma construção intelectual por manter relação com o saber e a arte, além de pertencer a uma cultura singular (CHOAY, 2011: 18-19).

3

da identidade, e sua busca é uma atividade fundamental dos indivíduos e das sociedades atuais:

*A evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, elucida o papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante, enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e em vias de desenvolvimento [...] (LE GOFF, 2003: 469).*

De certo modo, as formulações de Choay (2011) e de Le Goff (2003) aqui registradas demonstram a percepção de mudanças sociais que se configuraram a partir de meados do século XX. As características identificadas pela primeira, enquanto recente perda de identidade e intensa valorização do patrimônio corresponderiam aquilo que o historiador denomina “revolução documental”, um período que tende a promover uma nova unidade de informação, no qual se tornam necessários novos arquivos, a memória coletiva valoriza-se e institui-se em patrimônio cultural.

Essa inclinação da sociedade a preservação do patrimônio, como forma de guardar e consultar arquivos e documentos relaciona-se, no contexto atual, a manutenção e atualização da memória e da identidade coletivas. A observação e análise desse fenômeno, regionalmente, serão abordadas na medida em que vamos expor como foi constituído o arquivo pessoal de Nicolau Araújo Vergueiro e o significado que lhe foi atribuído na memória dos habitantes da cidade de Passo Fundo, desde sua morte até os dias atuais, oportunidade em que o acervo foi doado para o Arquivo Histórico Regional.

## **2. O TESOURO DE VERGUEIRO: A (de)formação do seu arquivo pessoal**

Por meio da prática cultural da produção de si, os indivíduos modernos encontram a possibilidade de constituir uma identidade para si, mas com base nos documentos<sup>5</sup>. Nas

---

<sup>5</sup> Le Goff (2003: 525) afirma que a escrita da história só é possível por causa dos traços, isto é dos monumentos, suportes da memória coletiva. O medievalista explica que o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança ao considerar os documentos como monumentos, mostrando em que medida são instrumentos de poder. Para ele “A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental, e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite

4

palavras de Foucault (1992: 137), “trata-se não se perseguir o indizível, não de revelar o que está oculto, mas, pelo contrário, de captar o já dito, reunir aquilo que se pôde ouvir ou ler, e isto com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si”.

Nicolau Araújo Vergueiro durante sua vida, e seus familiares, também, mesmo após sua morte, trabalharam na construção de um conjunto documental de origem pessoal. Respeitando a recomendação do titular desse arquivo, os familiares esperaram cerca de 50 anos, após sua morte, antes de tornar públicas suas memórias – sob a justificativa de que nos relatos mencionava nomes de pessoas da elite, que ainda viviam. No ano de 2011, transcorridos aqueles anos, e outros, efetuou-se a doação, autorizada por Nicolau Vergueiro Malheiros, de parte desse acervo, determinando como instituição de guarda o Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo.

Cabe enumerar que esse patrimônio era composto por uma parte de sua biblioteca – visto que títulos referentes ao campo da medicina já haviam sido doados há muitos anos para a fundação do acervo bibliográfico da Faculdade de Medicina da Universidade de Passo Fundo – e sua mobília (estantes, escrivaninha, cadeiras), bem como fotografias, livros com recortes de jornais e as já citadas memórias.

Os relatos memorialísticos, podem ser apresentados como um interessante conjunto de memórias manuscritas, em forma de textos, que narram às vivências do médico e político. São aproximadamente 13 volumes, dos quais, oito já estão reunidos, digitalizados e sob a guarda da instituição.

Volume 1: iniciado em 11/07/1935, encerrado em 6/8/1935, no Rio de Janeiro.

Volume 2: iniciado em 07/08/1935, encerrado em 04/09/1935, no Rio de Janeiro.

Volume 3: 05/09/1935, encerrado em 19/10/1935, redigido no Rio de Janeiro e em Passo Fundo.

Volume 4: 20/10/1935, encerrado em 06/11/1935, em Passo Fundo.

Volume 5: 07/11/1935, encerrado em 08/12/1935 em Passo Fundo.

Volume 6: 09/12/1935, encerrado em 05/03/1936, em Passo Fundo.

Volume 7: 07/03/1936, encerrado em 20/11/1936, em Passo Fundo.

Volume 8: 21/11/1936, encerrado em 31/11/1937, em Passo Fundo.

5

Esse material pode ser descrito como uma produção de várias crônicas, cuja temática varia desde o atendimento a pacientes realizados pelo autor e por seus pares, as relações familiares (da família extensa), as lembranças sobre as pessoas com quem se relacionou (como amigos e também rivais), o período de estudos na capital, os fatos que de algum modo o marcaram, também em relação ao engajamento político, a descrição de costumes locais, e outros tantos eventos e cenas do cotidiano. Cabe acrescentar que o autor das memórias lista, ainda, dados sobre as farmácias, os médicos e os Hospitais estabelecidos na região.

Essas memórias trazem dados relevantes para compreender a vida no município até o final dos anos 1930, relatando com minúcias a atuação médica na região (os procedimentos, as doenças, etc.) e as rivalidades que, com a leitura isolada apenas das memórias, são vistas como ambíguas. Mas que, na análise de pesquisas históricas em conjunto com as memórias, revelam significados, emoções e a identidade do seu autor.

Alguns volumes trazem discursos que Vergueiro pronunciou em eventos que ocorreram na cidade, como o lançamento da pedra fundamental da Catedral Nossa Senhora Aparecida, a visita de um bispo recebida pela elite da cidade, etc. Nesses textos é possível estudar a formulação dos argumentos, o conjunto de saberes literário, médico e referentes a doutrina positivista e ao ideário republicano. Percebe-se que o vasto conhecimento e cultura são empregados pelo Doutor Vergueiro nas diferentes situações em que deve pronunciar-se em público.

Quanto ao conteúdo dos cadernos de produção de si, identificamos que o volume um reúne documentos datados de 1949 até 1951, o conjunto é constituído por telegramas, correspondências, projetos de lei, convites, cartões, recortes comentando a atuação política do deputado e apreciando seu apoio para o desenvolvimento regional. Sobressai-se entre estes recortes e correspondências à preocupação com o Hospital de Caridade de Carazinho e, homenagens que lhe foram prestadas por outros hospitais da região.

O volume dois reúne documentos datados de 1951 até 1955, nele predominam recortes de jornais sobre participações de Vergueiro em eventos na região e homenagens que lhe prestaram. Há correspondências, cartões e telegramas e fotografias.

E, o volume três contempla a composição recolhida, organizada e arquivada por Maria Canfield Malheiros, viúva de Eugênio Malheiros (neto) após o falecimento do titular. O referido casal viveu durante muitos anos na mesma residência que Vergueiro, motivo pelo

6

qual Maria tornou-se a guardiã do acervo, repassando parte dele para ser doado, por seu outro neto, Nicolau Vergueiro Malheiros.

Outros documentos de autoria do personagem que compõe o acervo são: “A história do ensino em Passo Fundo”, que foi publicada no primeiro número da *Revista Anuário* da Faculdade de Filosofia da Universidade de Passo Fundo, correspondente ao período entre 1957/1967, o qual versa sobre fatos políticos, mortes e violência, além de reminiscências; e o texto datilografado “Clube Literário Amor à Instrução: esboço histórico”, sem identificação de data, que se relaciona ao grupo de pessoas que teve iniciativa de formar uma biblioteca, cujos exemplares tornaram-se depois o acervo bibliográfico inicial da Academia Passo-Fundense de Letras.

Maria Canfield Malheiros, informalmente, esclareceu que o conjunto documental do arquivo pessoal de Vergueiro era muito vasto, mas que aos poucos, foi sendo partilhado entre os familiares desejosos de uma lembrança do personagem. Além disso, ela narra que muitos jornalistas e pesquisadores da história retiraram materiais do acervo como empréstimos deixando de realizar a devolução. Outra questão presente no relato da guardiã do acervo é de que existem outros documentos, tais como correspondências, cartões e fotografias que não foram doados<sup>6</sup>.

A partir dessas informações, evidencia-se que a conservação e a transmissão do conjunto de documentos dependem de uma seleção feita pelos familiares e colaboradores, como advertiu Bloch:

*A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto*

---

<sup>6</sup> O ato de guardar tais documentos indica uma forma menos explícita de transmissão da identidade no seio familiar, comenta Candau (2011: 117): “No quadro de uma pesquisa sobre uma família da região do Languedoc, Louis Assier-Andrieu mostra que os fundamentos da duração de uma linhagem doméstica se situam na vontade, no capital imaterial, em uma cultura doméstica bem mais do que em táticas notariais. Essa vontade de adesão a um sistema que garanta a perpetuação de uma linhagem se alimenta de uma memória doméstica de longa duração que se utiliza de vários e diferentes suportes: os documentos de família, os lugares e paisagens que envolvem a propriedade, mas também os múltiplos suportes de lembranças íntimas, objetos tido como antigos, [...] filmes e fotografias de família, sepulturas, itinerários, etc. Todos esses signos memoriais servem menos a veicular informações ou ativar a lembrança sobre acontecimentos que para afirmar o caráter durável do laço familiar”.

*em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações (2001: 83).*

No processo de constituição dos arquivos alguns aspectos permanecem ocultos quando “o arquivo privado é tratado como meio de acesso mais direto ao personagem e à trajetória que se pretende investigar”, segundo Heymann. Para esta pesquisadora “os arquivos deveriam ser tomados, eles próprios como objeto sociológico e histórico, permitindo revelar ideários políticos, projetos pessoais e processos sociais neles investidos” (2005: 1-2). Entendemos que esta perspectiva de análise pode enriquecer as pesquisas dos historiadores, na mesma medida em que permite discutir a questão da memória e da identidade, tanto do indivíduo que produz a si, quanto em relação a coletividade, reconhecendo seu arquivo pessoal como patrimônio, legado<sup>7</sup> e lugar de memória.

### **3. VERGUEIRO COMO TESOURO: considerações sobre memória e identidade a partir da produção de si**

Conforme a compreensão de Gomes (2004: 11-12), “o indivíduo se torna moderno justamente quando postula uma identidade para si no interior do todo social, afirmando-se como valor distinto e constitutivo desse todo”. A identidade, como já admitimos, é indissociável da memória. Conforme sintetiza Candau, “restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade” (2011: 16).

Assim, o antropólogo nos explica que a memória antecede a identidade. Enquanto esta é uma representação ou ideia que alguém tem referente a si mesmo, a memória é uma faculdade presente na espécie humana desde o nascimento. Sobre a concepção de identidade, existe consenso por parte dos pesquisadores que a entendem como uma construção social que ocorre na relação dialógica com o outro, ao passo que a memória é uma reconstrução continuamente atualizada do passado, portanto, de caráter seletivo (CANDAUI, 2011: 9).

Outro consenso sobre a memória relaciona-se as suas dimensões individual e coletiva. Ao registrar por meio da escrita suas memórias, Vergueiro fez escolhas: optou por escrever sobre quem e o que julgava necessário que fosse lembrado, na mesma medida que evitou

---

<sup>7</sup> Heymann (2005: 2) lembra que o termo legado pode ser empregado em duas dimensões, uma “[...] associada à herança social e política deixada às gerações futuras [...]” e a outra “[...] ao investimento social por meio do qual uma determinada memória individual é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico, etc., sendo, a partir de então, abstraída de sua conjuntura e assimilada à *história nacional*”.

8

mencionar o que queria e quem devia ser esquecido. Testemunhou, mas as suas preocupações no momento da produção autobiográfica constituíram um elemento decisivo na estruturação da memória<sup>8</sup>.

Quanto ao uso das fontes conhecidas como “escritas de si”, notamos a seleção feita pelo autor, visto que predomina no relato a verdade do autor, pois a subjetividade dele integra-se à linguagem. Assim, o historiador não procurará a verdade dos fatos porque esta não é a finalidade do registro<sup>9</sup>.

*O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de dizer o que houve, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (GOMES, 2004: 15).*

As memórias surgem a partir da reelaboração e transmitem a identidade, colocando em evidência a aptidão de dominar o próprio passado para inventariar o que ficou no vivido. Esse tipo de autobiografia permite que o narrador confira ordem e coerência aos acontecimentos de sua vida que julga significativos naquele momento. Ao arquivar ou narrar sua vida o sujeito torna-se capaz de justificar seu destino:

*Impõe-se, então, em toda sequência autobiográfica (narrativas de vida, mas também, de certa forma, as múltiplas práticas autobiográficas comuns que objetivam inscrever a ‘singularidade do eu’ tal como diários, egomuseus, trocas epistolares, arquivos pessoais de toda natureza), a recordação de uma trajetória ou de uma história de vida que, ao menos parcialmente, justificaria o destino individual. Além disso, o fato de dotar de coerência sua trajetória de vida satisfaz uma preocupação que podemos qualificar como estética: permite ao narrador transformar a seus próprios olhos a narrativa de si próprio em uma ‘bela história’, quer dizer uma vida completa, rica em experiências de toda natureza. (CANDAU, 2011: 74)*

---

<sup>8</sup> “ [...] a anamnese de todo indivíduo dependerá daqueles que lhe são contemporâneos: ele oferecerá portanto, uma visão dos acontecimentos passados em parte transformada pelo presente ou, mais exatamente, pela posição que ele próprio ocupa nesse presente.” (CANDAU, 2011: 75)

<sup>9</sup> Nessa mesma perspectiva de análise Arfuch (2010: 73) justifica que “não é tanto o ‘conteúdo’ do relato por si mesmo – a coleção de acontecimentos, momentos, atitudes –, mas precisamente *as estratégias* – ficcionais – *de autorepresentação* o que importa. Não tanto a ‘verdade’ do ocorrido, mas sua construção narrativa, os modelos de (se) nomear no relato, o vaivém da vivência ou da lembrança, o ponto do olhar, o que deixa na sombra; em última instância, que história (qual delas) alguém conta de si mesmo ou de *outro eu*”.

9

É provável que cada indivíduo tenha consciência de que, algumas gerações após sua morte, será esquecido. O recurso da produção de si (entendido como conjunto monumental e escrita autobiográfica) pode, então, ser apontado, também como estratégia utilizada por indivíduos modernos para serem lembrados. Nas palavras de Candau (2011: 118), “transmitir uma memória e fazer viver, assim, uma identidade não consiste, portanto em apenas legar algo, e sim uma maneira de estar no mundo”.

#### **4. VERGUEIRO NA MEMÓRIA DOS PASSOFUNDENSES**

De acordo com Candau (2011: 143), “todo indivíduo morto pode converter-se em um objeto de memória e de identidade, tanto mais quando estiver distante no tempo”. No caso do personagem em foco, verificamos que a assertiva vem sendo confirmada. De fato, as reportagens que compõem o terceiro caderno do que denominamos produção de si permitem perceber o processo de patrimonialização que se iniciou após o óbito de Nicolau Araújo Vergueiro, no dia 16 de março de 1956.

Os jornais locais publicaram inúmeros artigos e notas informando seu falecimento e convidando para o sepultamento. O prefeito municipal decretou, nesta ocasião, luto oficial de três dias. Outros recortes registram as homenagens que foram prestadas no município no momento do seu sepultamento. Considerando sua trajetória política, o ilustre passo-fundense foi lembrado também na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no Senado e na Câmara dos Deputados.

Percebemos que a data natalícia de Vergueiro continuou a ser comemorada, postumamente. Além disso, foram publicadas algumas fotos, sempre valorizando sua importância para o desenvolvimento da região. A coletânea de recortes nos permite afirmar, ainda, que ao longo desses anos, seguidamente é citado nos jornais, lembrado principalmente por sua atuação como médico, o primeiro formado na região, como incentivador do ensino e como líder político. Muitos membros da Academia Passo-Fundense de Letras, ao proferirem seus discursos, também fazem referência ao valoroso doutor Vergueiro.

Vergueiro não é lembrado apenas pela imprensa local, ele também nomeia uma escola. Essa homenagem oficializou-se a partir do Decreto 9.729, de 29 de novembro de 1958, através do qual o anexo da Escola Normal Oswaldo Cruz passou a chamar-se Ginásio Estadual Nicolau Araújo Vergueiro. Essa que é uma das maiores escolas públicas de Passo

10

Fundo, situa-se na região central e oferece a educação básica e o único curso de ensino médio da modalidade normal. Outra menção que não podemos deixar de fazer foi a confecção do busto de Nicolau Araújo Vergueiro na Avenida Brasil, principal via do município. Para encerrar este breve levantamento, é preciso aludir a existência da Vila Vergueiro, em Passo Fundo e, ainda, o município de Nicolau Vergueiro, assim denominado em virtude das benfeitorias que o doutor Vergueiro providenciou aquela população.

Esse processo de homenagear, lembrar, reunir documentos/monumentos origina, nas palavras de Nora, lugares de memória, espaços necessários para as sociedades atuais. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993: 13).

Atualmente, embora o nome de Vergueiro seja muito citado, não evoca memórias, o que, portanto, concluímos que “[...] não é suficiente apenas nomear para identificar, é preciso ainda conservar a memória dessa nominação [...]”, segundo elucidou Candau (2011: 69). Recentemente, como foi exposto acima, foi realizada a doação de grande parte do seu arquivo pessoal. Imaginamos que a partir da união do seu patrimônio (objetos de seu acervo e da sua produção de si) e das pesquisas históricas que utilizarão tais fontes, doravante acessíveis, continuará a ser atualizada e ressignificada a memória desse personagem, inclusive por causa do novo lugar de memória.

## REFERÊNCIAS

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHOAY, Françoise. **As questões do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2011.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Veja, 1992.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

11

GOMES, Ângela de Castro (Org). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 7-24

HEYMANN, Luciana. **De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”**: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.